

A EDUCAÇÃO DE BRAÇOS CRUZADOS: VELHAS CONTRADIÇÕES, NOVOS ATORES. BREVE DEBATE HISTÓRICO /REFLEXIVO SOBRE AS GREVES EDUCACIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO

Marcos Caron¹

Introdução

Este trabalho nos leva a um breve “recoo no tempo”, de um tempo específico da história do movimento sindical do magistério público brasileiro. De um tempo em que a conquista da democracia – em substituição às forças conservadoras do autoritarismo militar latino-americano - não resultou na correspondente cidadania. De um tempo em que a força hegemônica neoliberal impunha sua ordem sobre um mundo do trabalho em processo de fragmentação. De um tempo em que reagir frente a seus algozes era taxado como desespero inútil de “velhos dinossauros” a mugir impotentes ante seu “inevitável fim”. De um tempo em que as privatizações de bens públicos percorriam a América Latina com maior velocidade que os furacões impetuosos que por vezes castigam as ilhas caribenhas. Enfim, de um período marcado por ásperos conflitos trabalhistas e de ascensão e crise nas ações práticas do movimento sindical dos servidores públicos.

Não se trata, porém, de uma retrospectiva centrada no registro histórico, embora parte desta função esteja presente de forma limitada no texto. Para utilizarmos aqui de um clichê comum a qualquer revisão temporal, “o olhar ao passado tem o objetivo de conduzir-nos no presente”, ou seja, para avançarmos na compreensão dos novos desafios que se apresentam ao mundo do trabalho na contemporaneidade “pós-neoliberal”. Almejamos, com isso, estabelecer uma breve contribuição neste seminário para as linhas de pesquisas voltadas ao sindicalismo docente, sobre o qual o nosso texto concentra-se na questão das greves dos professores da rede pública de ensino básico.

No intuito de empreender nossos objetivos, como também exercer a máxima objetividade didática dos assuntos levantados, dividimos nossos esforços em duas partes centrais.

¹ Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

Na primeira parte – “Os professores públicos e as greves educacionais em tempos de redemocratização: indagações inconclusas de uma luta sindical complexa” - retomamos de forma pontual alguns dos desafios percorridos pela nossa dissertação de mestrado, a qual se concentrava, no campo empírico da pesquisa, no cenário das greves realizadas pelos professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal ao longo do decênio 1985/95. A partir de uma rápida contextualização das greves docentes daquele período de abertura e consolidação democrática (1980/90), demonstramos parte das nossas conclusões obtidas ao final da dissertação. Nelas são apresentadas, com base nos questionamentos levantados à época da pesquisa, diferentes visões das greves educacionais sob a ótica das lideranças de quatro importantes correntes de esquerda que disputavam a hegemonia do sindicalismo docente naqueles anos. Soma-se à análise uma rápida reflexão sobre a atualidade ou não das nossas indagações levantadas há mais de 14 anos, razão principal da nossa contribuição neste seminário.

No segundo parte – “A Educação de Braços Cruzados: velhas contradições, novos atores? - Reflexões atualizadas sobre nosso campo empírico original” - estabelecemos uma atualização sucinta de algumas referências contidas na nossa dissertação. Ao buscarmos acrescentar um breve conjunto de dados posterior ao nosso campo de pesquisa original, são apresentadas, por meios de gráficos e tabelas, todas as paralisações dos docentes públicos do DF ao longo dos 48 anos de existência de Brasília (1960/2008), permitindo assim um panorama comparativo dessas graves locais com as mudanças políticas ocorridas no cenário nacional.

Por fim, na conclusão deste ensaio, expomos de forma sucinta a questão das greves no que imaginamos ser um ideário mais amplo de novas temáticas que adquirem relevância no atual mundo do trabalho.

Que os participantes deste encontro partilhem conosco de nossos anseios e, principalmente, que contribuam de forma efetiva para a permanente renovação do movimento sindical.

**Marcos Caron (Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso).
Cuiabá, abril de 2009.**

1ª parte-“Os professores públicos e as greves educacionais em tempos de redemocratização - indagações inconclusas de uma luta sindical complexa”

A partir de 1980, a educação pública brasileira deixou de ser marcada pelos habituais confrontos de tendências pedagógicas, até então concentrados na acirrada disputa entre as escolas “progressista” e “tradicional”. Devido à conjuntura política de redemocratização, a qual foi acompanhada de uma acelerada perda do poder aquisitivo dos salários - notadamente do magistério público - um outro conflito de maior intensidade ocupou o lugar daquela antiga disputa: as greves dos professores das redes públicas de ensino.

Ao se verem livres do regime militar autoritário que controlou o país durante duas décadas (1964 - 1984), os trabalhadores brasileiros começaram a reconstruir a independência sindical perdida por várias vezes ao longo do século XX. Era o início do ajuste de contas com o antigo modelo sindical de bases corporativistas, bem como o enfrentamento com a legislação trabalhista autoritária das elites tradicionais. Além disso, era também, em certa medida, uma confrontação política com o dogmatismo da velha esquerda sindical de formação clássica marxista-leninista, uma vez que os movimentos estavam sendo dirigidos, na sua maioria, por correntes de esquerda dissidentes ou mesmo de oposição ao PCB e ao PCdoB. Desse modo, além de um instrumento de luta e reivindicação trabalhista, as greves daquele período se transformaram num mecanismo de mudanças sociais e legitimação política da classe trabalhadora.

E foi neste cenário de ascenso do movimento sindical que cresceram e se consolidaram as greves do magistério público. Apesar das dificuldades iniciais, as greves dos professores conseguiram ocupar, nos primeiros anos da redemocratização, um espaço político jamais imaginado anteriormente pela categoria. A escola parada virou símbolo da indignação social que, entre outras coisas, protestava contra um regime político fraco e inoperante (o Brasil da “Nova República”), bem como um modelo de Estado que não atendia às necessidades de uma sociedade civil emergente. Assim, durante os primeiros 10 anos de retomada do movimento sindical do magistério público (1980-1990), as greves da educação conseguiram atrair a atenção, a simpatia e até mesmo o apoio de grande parcela da sociedade. Encorajados pelas novas

lideranças de esquerda e contando com relativo apoio popular, os professores ocuparam as praças e ruas deste país, reivindicando salários mais dignos, mudanças no sistema educacional, mais verbas para o ensino público e, por parte de sua vanguarda relativamente numerosa, profundas transformações na estrutura social brasileira.

Porém, em que pese o ânimo e a disposição de luta dos professores, este cenário favorável não permaneceria por muito tempo. Ao longo da década de 1990, os governos conservadores conseguiram se adaptar a essas greves, controlar suas pressões, resistir aos seus impactos e passar à contra-ofensiva. Tornando-se cada vez mais longas e sem perspectivas de mudanças a curto e médio prazo, as greves da educação começaram a perder apoio popular e a sofrer de um grande esvaziamento político, agravado pela nova conjuntura mundial que se configurava com a crise do “socialismo real” e o advento do neoliberalismo.

E foi sobre este período de crise no sindicalismo docente público que nos lançamos a investigar, sob a perspectiva acadêmica de dissertação de mestrado, o pensamento político das lideranças do magistério que disputavam na época a hegemonia pelo controle dos organismos sindicais docentes. Sob o título “A EDUCAÇÃO DE BRAÇOS CRUZADOS: o Impasse das Greves do Ensino Público”, a dissertação totalizou 176 páginas divididas em oito capítulos, a saber: 1- “A greves como conflito social”; 2- “Definições gerais da atividade grevista”; 3- “O marxismo e as greves”; 4- “As relações do ensino público na produção capitalista”; 5- “A reflexão política dos professores: consciência ou psicologia de classe?”; 6- “A escola pública e o novo mundo do trabalho: entre o formar e o resistir”; 7- “Breve histórico do SINPRO-DF” ; 8- “O pensamento político das lideranças sindicais do magistério”.

Na delimitação do tema pesquisado, procuramos manter uma relação entre a problemática local por nós vivenciada com um breve panorama da situação das greves da educação pública em nível nacional. Por conseguinte, centramos nossas ações de campo no Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF, ao qual éramos filiados e militantes ativos), complementadas por entrevistas com representantes do sindicalismo docente público paulista, gaúcho e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Como resultado, foram entrevistados ao longo da pesquisa

33 dirigentes e ex- dirigentes sindicais destas organizações, sendo 21 do SINPRO-DF, 4 da CNTE, 4 da APEOESP e 4 do Sindicato dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul.

O foco da pesquisa assentou-se sobre três indagações principais, quais sejam:

I – O que representavam as greves da educação pública no conceito marxista da lutas de classes? Como essa forma de conflito trabalhista era percebida pela população que dependia dos serviços públicos?

II - O quanto as ações grevistas desgastavam os sindicatos e a categoria dos professores públicos diante da comunidade escolar?

III - Qual a relação entre a formação histórica das correntes sindicais que disputavam pela hegemonia dos movimentos docentes – ou seja, os seus programas políticos partidários e a respectiva inserção de cada uma no contexto histórico da tradição marxista – e a problemática das greves educacionais? Em que esta formação histórica influenciava nas possíveis propostas de superação do referido impasse das greves?

Na primeira indagação, partimos de um cenário de contextualização das greves do serviço público muito comum à maioria das esquerdas de referencial democrático da época, ou seja: as paralisações deveriam promover, a despeito das dificuldades, uma equalização entre os direitos de reivindicação dos trabalhadores do Estado com o direito ao serviço público da toda população, conforme segue adiante num trecho original da dissertação:

“Imaginemos que fosse possível elaborar desde já um esquema pronto e acabado da nossa pesquisa; imaginemos, igualmente, que já compreendêssemos todas as funções políticas que a educação pública exerce na sociedade; imaginemos, ainda, que já tivéssemos catalogado um sem número de opiniões dos professores e dos líderes sindicais em questão; como se configuraria a nossa tese?”

A experiência adquirida no campo prático e teórico das lutas permitenos arriscar, com base na discussão já existente, o seguinte esquema de raciocínio:

1 - A educação pública é um direito da população, e um direito oferecido a ela na forma de serviço público, sustentado também por ela através dos impostos pagos com suor e sacrifício.

- 2 - A greve, a primeira vista, é a interrupção deste direito; daí o motivo da população cobrar com veemência a manutenção de um bem que, mesmo compreendido por ela de forma fragmentada e bastante superficial, considera-o inalienavelmente seu.
- 3 - Dentro de uma compreensão que reconhecemos como imediata, a responsabilidade pela suspensão desse direito cabe ao Estado, dada a sua incapacidade política e econômica de apresentar propostas adequadas aos professores do ensino público que, contratados por ele e de certa forma legitimados por toda sociedade, também têm o direito de condições e remuneração condignas pelo serviço prestado.
- 4 - Dadas as condições de organização social, inclusive pela maior proximidade física, a população cobra os seus direitos primeiro dos professores, imputando-lhes o mesmo grau de responsabilidade - ou até mesmo maior - pelas agruras por que passa ao longo das paralisações.
- 5 - Vê-se, portanto, que é importantíssimo para o êxito dos movimentos docentes um maior engajamento político com a população, no sentido de transferir para o Estado as responsabilidades que lhes são indevidamente atribuídas.
- 6 - Qualquer aliança requer uma troca entre as partes envolvidas. No caso da comunidade e dos professores públicos, é de se imaginar que ela se assente no apoio político dos primeiros em troca da qualidade do ensino oferecida pelos segundos.
- 7 - Logo, a hipótese mais comumente aceita é a seguinte: se os professores desejam um salto qualitativo nos movimentos políticos, é preciso que estes reflitam sobre o seu papel de fornecedores de serviços essenciais à população, de maneira que a paralisação das suas atividades não prejudique os beneficiados por este serviço (a sociedade), mas sim o verdadeiro responsável pelo fato (o Estado):

“Existem situações específicas em que os grevistas provocam muito mais prejuízos à população que aos governantes e empregadores. Ao invés de obter a adesão da população contra o governo pelo descumprimento de seus compromissos básicos, possibilita que o governo capitalize a opinião pública. Em greves de professores, por exemplo, depois de algum tempo de movimento, o ano letivo fica prejudicado e então os professores passam a ser pressionados pelos alunos, pais de alunos, autoridades e sociedade. Ou ainda, uma greve de condutores de veículos, ferroviários e metroviários, atinge diretamente a população, sobretudo a de baixa renda, enquanto os governantes e os empregadores passam incólumes - na maioria das vezes - pelo movimento grevista. A forma de conversação com a sociedade deverá passar pela forma de organização sindical e de realização de greves, em que a questão do conteúdo e a forma de relacionamento com a sociedade são fundamentais” (Neto, José Francisco Siqueira. *Revista Universidade e Sociedade: ANDES, Sindicato Nacional*. Ano I, FEV 1991: 67.

Assim, de acordo com os objetivos do enunciado proposto, é preciso que o *“fazer sindical se iguale ao fazer pedagógico (Kruppa, 1992: 23)*. Traduzindo para a ação sindical concreta, significa que caberá aos organismos políticos dos trabalhadores em educação - comissões, sindicatos, confederações e centrais sindicais - condicionarem as futuras ações sindicais a partir de um novo estágio de diálogo com a população, situando num mesmo patamar as reivindicações pedagógicas e as aspirações políticas.” (Dissertação de Mestrado, 1996: 19 e 20)

Entretanto, foi no desenvolvimento da segunda indagação – a complexa relação entre o sindicalismo docente e a comunidade escolar - que vimos o quanto este *“fazer sindical e pedagógico”* situava-se ainda nas conjecturas do debate teórico. À medida que aprofundávamos nossas pesquisas, chegávamos à constatação de uma problemática que, embora já fosse relativamente bem conhecida na academia e no meio sindical docente da época, surpreendeu-nos pela gravidade do fato em relação à já desgastada imagem que esperávamos dos sindicatos docentes. Nos debates que empreendíamos com a *“clientela da escola pública”* (termo comum à época), verificamos que as freqüentes paralisações tinham se tornado não apenas num “obstáculo” a mais frente às já difíceis possibilidades de aliança política entre a comunidade e as direções sindicais. Elas tinham se transformado em “instrumentos de aferição negativa” da qualidade de ensino das escolas públicas, produzindo, inclusive, juízos de valor completamente invertidos em relação à ideologia da militância e, principalmente, à própria “simbologia de solidariedade” tão cara ao imaginário político das esquerdas brasileiras e latino-americanas: *“matriculo o meu filho aqui nesta escola e não naquela, pois aqui o ensino é melhor: os professores daqui não fazem greve”*, era a frase mais comum que costumava ouvir ao dialogar com as mães a respeito de determinadas escolas tradicionalmente “fura-greve”, geralmente tratadas com ojeriza pelos piquetes e pelo conjunto da categoria presente nas assembléias.

O resultado destas análises nos levou à formulação de algumas hipóteses de trabalho que ainda julgamos como atuais e passíveis de debate acadêmico. Assim, a despeito de mais de uma década que nos separa da defesa da dissertação, continuamos a crer que não há condições efetivas de realização do pleno *“fazer político pedagógico”* nos moldes da atual organização sindical e comunitária, tal como explicávamos no texto original da dissertação em 1996:

“Concordamos com boa parte das análises demonstradas anteriormente. Elas são, indubitavelmente, frutos das tão amargas quanto positivas experiências do sindicalismo público brasileiro, experiências estas calcadas nas lutas trabalhistas de expressão nacional, as quais mudaram definitivamente o cenário político brasileiro a partir dos anos 80.

Entretanto, nossa discordância deve-se à visão de que, embora absolutamente corretos, os fatos e as propostas enumeradas não constituem uma hipótese de investigação, mas sim a constatação de algumas particularidades das lutas políticas no setor de serviços ou, indo mais além, da luta de classes em geral. Querer que somente o Estado saia prejudicado na eclosão das greves, ao passo que a população seja incomodada minimamente possível pelo movimento, parece-nos uma visão bastante simplista da questão. Sonhar que os professores possam aliar-se com toda a população e que, juntos, possam colocar o Estado permanentemente na defensiva, também nos parece uma proposta inexequível em função da complexidade social do país. Pode, e deve, até ser possível aproximar as responsabilidades pedagógicas das reivindicações políticas no movimento sindical, através de táticas inovadoras que permitam o avanço sobre algumas deficiências constatadas. Mas daí concebê-las como estratégias de luta para superação do impasse atual é minimizar, além de outros fatores, as contradições brutais que o capitalismo submete toda a sociedade”. (Dissertação de Mestrado, 1996: 21 e 22)

- **As entrevistas com as lideranças sindicais do magistério público: em busca de soluções não corporativas.**

A terceira indagação constituía o cerne da dissertação, qual seja: investigar a relação entre a formação política das lideranças sindicais docentes frente às contradições das greves do magistério público. Na busca deste objetivo, selecionamos as quatro principais correntes políticas de esquerda que disputavam a hegemonia dos sindicatos docentes na época, a saber: o Partido dos Trabalhadores (com representantes das respectivas correntes internas: a “Articulação Sindical” e a corrente trotskista “O Trabalho”), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e o recém-fundado Partido Socialista do Trabalhadores Unificado (PSTU, antiga “Convergência Socialista”, corrente interna do PT até 1992).

Durante a elaboração das entrevistas, evitamos a todo custo um debate restrito à esfera sindical, pois não queríamos reduzir a pesquisa a uma

conotação de cunho corporativo. Também evitamos condensar a dicotomia baixos salários X greves na educação, uma vez que, além já exaustivamente conhecida na época, não acrescentaria nada de novo à problemática social que investigávamos.

O que realmente buscávamos nas entrevistas era a tríade “*referencial histórico/ militância política/ problemas do ensino público*”, e não “fórmulas prontas” sobre uma questão política e social tão complexa. Nesse sentido, os questionamentos levantados nas entrevistas foram os seguintes:

- “1 - Há um impasse no modelo atual das greves do magistério público?**
- 2 - A longa duração das greves da categoria significa força (pelo fato de agüentar tanto tempo) ou fraqueza (pois não mobiliza a opinião pública) das lutas do magistério?**
- 3 - As greves dos últimos anos aumentaram a consciência de classe e a percepção social dos professores? Contribuíram para solidificar a responsabilidade pedagógica e social, bem como ética, dos educadores?**
- 4 - Qual o balanço dos últimos 10 anos de luta? Quais os motivos que levaram algumas greves à derrota e outras à vitória? Em quais greves a aliança (ou não) com a comunidade escolar foi decisiva para um e outro caso?**
- 5 - Estão as greves da educação em declínio?**
- 6 - Qual a influência da atual conjuntura política e econômica do capitalismo globalizado na educação pública? Quais as conseqüências políticas dessas mudanças sobre a profissão dos educadores e sobre as lutas sindicais do magistério público?**
- 7 - Qual a natureza dos movimentos sindicais docentes? Contribuem as greves da educação pública para a conscientização política da classe trabalhadora em geral, notadamente no que se refere à disputa pela hegemonia contra o capital?”**
(Dissertação de mestrado, 1996: 129 e 130)

Como era de se esperar de grupos de esquerda que disputam a influência sobre movimentos de massa, as respostas obtidas foram de natureza divergente e multifacetada. Porém, apesar do bom nível teórico dos debates empreendidos, foi a partir destas entrevistas – somada à experiência da “convivência militante” - que pude perceber melhor as lacunas das análises que se debruçavam sobre a essência ou as particularidades do problema. A impressão que obtive foi a de que, no conjunto das opiniões dos entrevistados (sim, pois não faltaram as saudáveis exceções), a leitura das lideranças sobre

as greves representava mais a extensão simbólica de um discurso usual de esquerda do que uma reflexão dialética da problemática real. Esta constatação nos impulsionou a repensar, entre outras questões, muitos de nossos próprios conceitos e atitudes consolidados ao longo dos anos de militância sindical, uma vez que éramos, também e principalmente, “corpo e alma” de nossos entrevistados. Afinal, como apontávamos na dissertação, por citação de Guevara, “*Não esperávamos como quem simplesmente ocupou um lugar na platéia e se pôs a observar a luta; não éramos espectadores dessa luta, éramos parte da luta, e parte importante*”² (dissertação de mestrado, 1996;12)

Tínhamos, portanto, a consciência do compromisso político, mas também dos limites do nosso trabalho, explicitados com ênfase na apresentação do projeto:

“É exatamente diante desta complexidade que apresentamos nossa dissertação. Ela não pretende, absolutamente, “*tirar da cartola*” um novo método que venha a ser a salvação das greves na educação, mesmo porque o grau de dificuldade do tema não nos permite realizar esta “mágica” num espaço de tempo tão curto, cabendo ao próprio desenvolvimento da luta de classes essa função. Nossa intenção é, guardadas as limitações que nos cercam, instigar as lideranças sindicais do magistério a repensar sobre os movimentos grevistas na educação através de uma revisão crítica das atividades realizadas até o momento, apontando, justamente, as contradições políticas e pedagógicas que são inerentes à complexidade do fato” (Dissertação de mestrado, 1996:17)

Para fins de exposição didática neste seminário, as análises das lideranças pesquisadas condensaram-se no seguinte quadro abaixo:

Questão	ARTICULAÇÃO SINDICAL	O TRABALHO (PT) PSTU*	PC do B*
1- Há um impasse no modelo atual das greves do magistério público?	<i>Não há. Porém tem sido inevitável o desgaste das greves; elas precisam ser repensadas e</i>	<i>Dificuldades sim, impasse não. O impasse está na política (ou falta de)</i>	<i>Não há. Mas as greves encontram-se numa posição defensiva. Onde não houve greves,</i>

²Guevara, Che. Textos Revolucionários. São Paulo. Centro Editorial Latino Americano. 1980:134.

	<i>reformuladas. No interior de muitas regiões, nem se chegou ao estágio de deflagrar greves.</i>	<i>das direções majoritárias.</i>	<i>a situação, tanto dos professores quanto da escola pública, está pior.</i>
2 - A longa duração das greves da categoria significa força (pelo fato de agüentar tanto tempo) ou fraqueza (pois não mobiliza a opinião pública) das lutas do magistério?	<i>Força pela resistência, mas fraqueza da opinião pública e até mesmo do trabalho dos sindicatos na base da sociedade.</i>	<i>Fraqueza das direções majoritárias, que não unificam as lutas na base e com os demais trabalhadores.</i>	<i>Força pela resistência, mas fraqueza da opinião pública. Crise do socialismo favorece o fato, pois reforça a direita.</i>
3 - As greves dos últimos anos aumentaram a consciência de classe e percepção social dos professores? Contribuíram para solidificar a responsabilidade pedagógica enquanto educadores?	<i>Sim. Mas se não forem superadas as dificuldades, esta consciência pode retroceder. As greves do ensino público sem apoio da comunidade também podem retroceder a consciência das massas em favor da Direita Conservadora.</i>	<i>Sim. Tanto dos professores, como de toda a classe trabalhadora.</i>	<i>Sim, mas com a crise do socialismo, a consciência decaiu.</i>

<p>4 - Qual o balanço dos últimos 10 anos de luta? Quais os motivos que levaram algumas greves à derrota e outras à vitória? Em quais greves a aliança (ou não) com a comunidade foi decisiva para um e outro caso?</p>	<p><i>Balanço variável. Positivo do ponto de vista político, mas negativo quanto ao desgaste em relação à comunidade. A aliança com a comunidade é fundamental, e só pode se efetivar se a esquerda disputar o espaço político com propostas concretas e viáveis.</i></p>	<p><i>Positivo do ponto de vista da luta de classes e da crise do capitalismo. Negativo por parte das direções majoritárias, as quais não mudaram, ou até retrocederam, sua política.</i></p>	<p><i>Variável. Positivo na organização. Negativo do ponto de vista ideológico, com o fortalecimento dos ideais reformistas.</i></p>
<p>5 - Estão as greves da educação em declínio?</p>	<p><i>Sim. Principalmente nos grandes centros e nas regiões com grandes sindicatos de tradição de luta: tais como: DF, SP, MG, MT, RJ, RS, PR e PE</i></p>	<p><i>Não. Com a crise do capital, elas tendem a recrudescer, como no caso francês e em vários países do mundo, apesar das direções reformistas.</i></p>	<p><i>Sim. Os trabalhadores estão numa posição defensiva. Devem organizar a resistência e, a partir daí, lançar uma nova ofensiva contra o capital.</i></p>
<p>6 - Qual a influência da atual conjuntura política e econômica do capitalismo globalizado na educação pública? Quais as conseqüências políticas dessas mudanças sobre a profissão dos educadores e sobre as lutas sindicais do magistério público?</p>	<p><i>Poderosa e negativa. Há que se compreender as mudanças na reestruturação produtiva do Capitalismo. Há que se disputar a influência neoliberal através de propostas concretas e viáveis a curto e médio prazo.</i></p>	<p><i>Negativa porque compele as direções majoritárias a se adaptar aos ditames do capital. Positiva porque globaliza e aprofunda a crise do capital, favorecendo a reação das massas e oportunizando novas direções.</i></p>	<p><i>Se não houver uma firme postura de afirmação dos ideais socialistas, a ideologia neoliberal avançará sobre a educação pública, com conseqüências nefastas.</i></p>
<p>Questão 7</p>	<p>ARTICULAÇÃO</p>	<p>O TRABALHO /</p>	<p>PC do B*</p>

		PSTU*	
7 - Qual a natureza dos movimentos sindicais docentes? Contribuem as greves da educação pública para a conscientização política da classe trabalhadora em geral, notadamente no que se refere à disputa pela hegemonia contra o capital?	<i>Diferente das lutas operárias, embora no mesmo contexto social. Professores públicos lutam contra o capital de forma bastante indireta. Toda greve sempre contribui para disputa de hegemonia, mas as greves da educação não o têm feito ultimamente de forma significativa. Se mal conduzidas, podem reforçar a hegemonia do capital.</i>	<i>Praticamente iguais as outras lutas, com a diferença de que o patrão é o Estado burguês (ou que aplica os planos da burguesia). As greves ajudam na consciência de classe das massas e mostram o caminho para se derrotar o governo e o capital.</i>	<i>Mas complexos que do setor privado. O prejuízo imediato é da sociedade, mas o ganho político pode se reverter p/ os trabalhadores. As greves contribuem para a hegemonia dos trabalhadores em geral se tiverem claros os ideais socialistas e a luta pela superação do Estado burguês.</i>

*** Na sua essência as duas correntes tiveram estreita semelhança de opiniões, o que não reduz as divergências sobre uma série de outras questões políticas: partido revolucionário, tática e estratégia de “entrismo” nos partidos reformistas de massas, revolução internacional, etc.**

Com exceção das correntes trotskistas, a avaliação geral dos entrevistados era de que as greves poderiam avançar nas regiões que se encontravam no estágio embrionário de organização sindical. Porém, em contrapartida, eram grandes as possibilidades de certo refluxo nas regiões de larga tradição de lutas trabalhistas e sociais. Assim, como o peso político destas últimas regiões era significativo do ponto de vista da densidade de escolas e repercussão política, o balanço geral era de declínio temporário dos movimentos do magistério público a partir do término da dissertação (1996)

Porém, essa constatação não foi unânime em todas as correntes entrevistadas. As organizações identificadas com o referencial “marxista-leninista” – bem como sua variação trotskista – negaram terminantemente o impasse das greves na educação pública, e não admitiram, grosso modo, as vicissitudes e as contradições do movimento em relação às necessidades da comunidade:

“Seguindo a lógica do “Programa de Transição”, os trotskistas relacionam diretamente a crise da educação pública brasileira com a crise do capitalismo mundial. Este se vê obrigado a aplicar planos de reajuste em todos os países que vão no sentido de *“sucatear e destruir os serviços públicos”*, no intuito de posteriormente privatizá-los e aumentar assim sua lucratividade. Desse modo, para os trotskistas, as greves dos professores públicos nada mais são do que o reflexo contrário desta política, ou seja, elas representam, ainda que de forma inconscientemente por parte de muitos docentes – daí as contínuas explicações sobre os “planos do FMI” nas intervenções das assembleias – *“a reação dos trabalhadores contra a política de exploração dos patrões”* (mesmo nesse caso sendo o Estado) *e da burguesia.*”

Para os trotskistas, o impasse das lutas dos professores públicos não se encontra nas greves da educação (muito menos nas formas atuais destas greves), *“mas sim na política das suas direções”*. Ao não apontar perspectivas concretas de luta, a direção majoritária da CUT e do PT (a Articulação) leva *“os movimentos à crise e a um beco sem saída”*, pois semeia entre os trabalhadores *“a nefasta ilusão de que é possível melhorar suas condições de vida sob o capitalismo através dos canais institucionais, não das lutas”*. Em resumo, os trotskistas vêem as greves da educação de forma bastante positiva. Elas ajudam – e continuam contribuindo – *“para a elevação da consciência de classe dos professores”*. Consequentemente, melhoram o aspecto pedagógico e profissional dos mesmos, pois *“ao lutarem por melhores salários e condições de trabalho, os professores públicos estão automaticamente lutando por melhores condições de ensino”*. Também acreditam que as greves do ensino público contribuem para a *“elevação da consciência e classe em geral”*; pois, como atingem amplos setores da sociedade, os professores públicos *“ensinam e dão exemplos a seus alunos e a toda comunidades da necessidade de se lutar contra exploradores”*. (Dissertação de Mestrado, 1996: 146 e 147. As falas dos entrevistados estão em itálico).

Por outro lado, as lideranças mais identificadas ou mais próximas do campo “social–democrata” ou “reformista” – termo em si já bastante polêmico e abstrato no estudo do movimento sindical e mesmo partidário brasileiro, mas que na nossa dissertação foram identificadas como a tendência “Articulação Sindical”, força majoritária na direção do PT e da CUT – aproximaram-se mais da problemática das paralisações e reconheceram, de fato, necessidades de mudança na condução das greves docentes:

“Situada a meio caminho do marxismo ortodoxo tradicional e do reformismo social-democrata, a Articulação tem levado vantagem sobre seus adversários no campo político e pedagógico da lutas educacionais. Ela conseguiu combinar, com relativo sucesso, o verniz combativo do primeiro com a “ocupação de espaços” do segundo, isolando, dessa forma, uma boa parte do discurso aguerrido das correntes “mais à esquerda” do movimento sindical docente. Estas últimas, por sua vez, acabam alimentando esse isolamento, pois recusam-se a atualizar, por sectarismo ou por vontade política, os dogmas usuais do marxismo clássico, levando-as assim ao permanente papel de “oposições sindicais.”

“As afirmações anteriores não significam que os dirigentes da Articulação são contra as greves ou defendem um “sindicalismo de resultados” com “vestes vermelhas”. Mesmo sob as pesadas críticas da “esquerda sindical”, que a acusa a todo momento de “não querer lutar ou não radicalizar essa ou aquela greve”, as maiores paralisações na história dos professores públicos deste país foram realizadas sob direção da Articulação, sendo que a maioria delas quase sempre resultou em atividades radicalizadas, tais como a ocupação de palácios e órgãos governamentais, ruas, avenidas, rodovias e câmaras legislativas. Também não se tem observado que, quando uma chapa da Articulação perde as eleições e é substituída por outra chapa “mais a esquerda”, ocorre algum aumento significativo na frequência ou na radicalização das greves do ensino público.” (tabela 12, Dissertação de Mestrado, 1996: 139 e 141)

Assim, ao final das investigações da nossa dissertação, estávamos cientes de que não obtivemos propostas inovadoras sobre as paralisações dos docentes públicos, no sentido da construção de um novo patamar de relacionamento crítico/criativo com a comunidade escolar. Contudo, de forma alguma nos frustramos sobre este fato. Além de uma profunda revisão crítica de nossas próprias ações da prática militante (na direção tantas vezes apontada por Paulo Freire³), passamos a reconhecer melhor a complexidade do problema e as variáveis correlatas à dinâmica das lutas trabalhistas daqueles tempos. Portanto, seria incoerente esperar soluções imediatas de quem quer que fosse para o impasse em estudo.

Mas a sensação mais interessante é a de que, ao retomamos a problemática das greves do ensino público básico, muitas das indagações levantadas na época do estudo continuam a nos desafiar no tempo presente.

³ “Afim, não é fácil à liderança, que emerge por um gesto de adesão às massas oprimidas, reconhecer-se como contradição exatamente de com quem aderiu”. (FREIRE, 1993:163).

Resguardadas as análises temporais, percebe-se nos textos de conclusão da dissertação que, na época, pressentíamos que o nosso estudo destinava-se a ser mais o início de uma nova caminhada do que o “encerramento”, ou a “conclusão”, de um dado tema pesquisado:

“Está mais do que claro para todos os envolvidos que a forma dessas greves precisa ser reavaliada, reestruturada, revisada, enfim, repensada e reescrita por todos aqueles que se vêem como responsáveis pela condução do movimento sindical docente público.

Nossa pesquisa tinha exatamente a intenção de ir a esse encontro. Nunca pretendeu ser uma pesquisa de cunho estatístico, muito embora sabemos da importância da análise empírico-quantitativa. O que buscávamos eram idéias novas, reflexões ousadas e propostas renovadoras por parte daqueles que dirigem e se constroem politicamente no movimento sindical dos docentes públicos.

Achamos? Sim e não. Sim porque há esforço, há reflexão, há busca por parte da maioria dos dirigentes/professores em sair do impasse no qual se encontram, mas que se recusam a assumir. Não porque, a despeito da experiência política dos entrevistados, esse esforço não se traduziu ainda em idéias concretas ou em planos de ação que sejam capazes de saltar os limites estabelecidos.

Obviamente que seria um grande equívoco se atribuíssemos às lideranças do magistério público todas as responsabilidades pelo impasse das greves. A conjuntura política do momento é adversa. Nesses tempos neoliberais, imensas dificuldades aguardam os dirigentes sindicais de esquerda do funcionalismo público brasileiro, principalmente para aqueles que se propõem a trabalhar honestamente pela classe e têm uma visão maior dos problemas sociais do país. E o tempo pode piorar com a retirada do principal guarda-chuva do movimento sindical dos servidores do Estado: a estabilidade no emprego.

Soma-se á problemática anterior a crise política que abrange todas correntes do sindicalismo em geral e dos professores em particular.

A articulação se desgasta com o “aparelhismo” que permeia os sindicatos e as entidades educacionais por ela dirigidos. Ao não priorizar os principais ideais revolucionários (os quais diferem, de forma acentuada, dos ideais socialistas abstratos) a tendência perde “organicidade” do seu projeto na militância, o que acaba por levá-la à divisão e ao desgaste interno e externo.

Por outro lado, os trotskistas e os comunistas do PC do B não apresentam, a nosso ver, um projeto alternativo viável, capaz de superar os bloqueios que os distanciam das grandes massas. São propostas relacionadas à conjuntura revolucionária do passado,

mas insuficientes numa conjuntura não revolucionária e, mais ainda, frente à globalização econômica e ao difícil impasse no qual se encontram as greves educacionais.

A multiplicidade dos conflitos nestes tempos de globalização do capital exigirá maior criatividade das lideranças sindicais. As disputas no ensino público deverão sair do limitado cenário Estado x sindicato para infiltrar-se em todas as camadas e grupos sociais. Como sempre, estarão interligadas as disputas ideológicas, os combates por espaço político e os conflitos tradicionais da luta de classes. Mas a militância socialista terá que repensar sobre práticas arraigadas construídos ao longo do século, razão pela qual encerramos nosso trabalho com a análise os alertas enunciados por Rubens César Fernandes, com o qual partilhamos os desafios e anseios que estão por vir:

“O estilo anterior da militância era consistente com a lógica legal burocrática das articulações almejadas. Documentos, votações, planos de ação, muita reunião, um palanque, um microfone, a massa ouvindo, os círculos restritos trocando opiniões. As mesmas palavras-chaves e uma disciplina comum recobrando todo o universo da ação. “Organizar” as pessoas “conscientes”. Tudo isto não está superado, por suposto. O mundo moderno é perpassado pela organização racional. Mas, com certeza, esse estilo exclui grande parte do que se passa, e supõe uma igualdade de interesses e de identidades que não pode senão resultar em exclusão. Outros estilos não de aparecer” (Fernandes, 1993:226). (Dissertação de mestrado, 1996: 156).

2ª parte: Greves da educação: velhas contradições, novos atores? - Reflexões atuais sobre nosso campo empírico original

Passados quase 14 anos da defesa da dissertação, mudanças importantes ocorreram no país e no campo de estudo das relações trabalhistas. Em 2002, a esquerda chegou ao poder no governo federal com a vitória do ex-sindicalista e metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, expressão real da redemocratização brasileira nas décadas de 70 e 80 do século passado. Alguns dos dirigentes sindicais que entrevistei deixaram a militância sindical ou partidária, ao passo que outros, mais grisalhos, nela continuam, sejam revoltados, conformados ou enfrentando as contradições vivenciadas pelos governos de esquerdas municipais, estaduais e do próprio governo federal. E como tem sido parte da trajetória da militância de esquerda brasileira nas duas últimas décadas, muitos

tiveram ou estão tendo a experiência de ocupar cargos governamentais nas diversas esferas da ordem estatal.

Por outro lado, algumas categorias inerentes à conflitualidade das greves continuam sendo parâmetros fundamentais de análise e explicação destes fenômenos. No recente levantamento que fizemos do panorama histórico das greves do magistério público do DF (o qual trazemos ao seminário mais a título de contribuição do que de sólida análise empírica), colhemos alguns dados importantes que complementam os antigos números de que já dispúnhamos na nossa dissertação.

Traçando um perfil do número de dias paralisados ao longo dos 48 anos da rede pública de ensino do Distrito Federal, os dados demonstram a necessidade de se observar com atenção os aspectos estruturais / históricos que envolvem a compreensão dos movimentos grevistas dos docentes público:

Tabela 01: Dias paralisados/mês/ano/ no Distrito Federal (1962/2008)

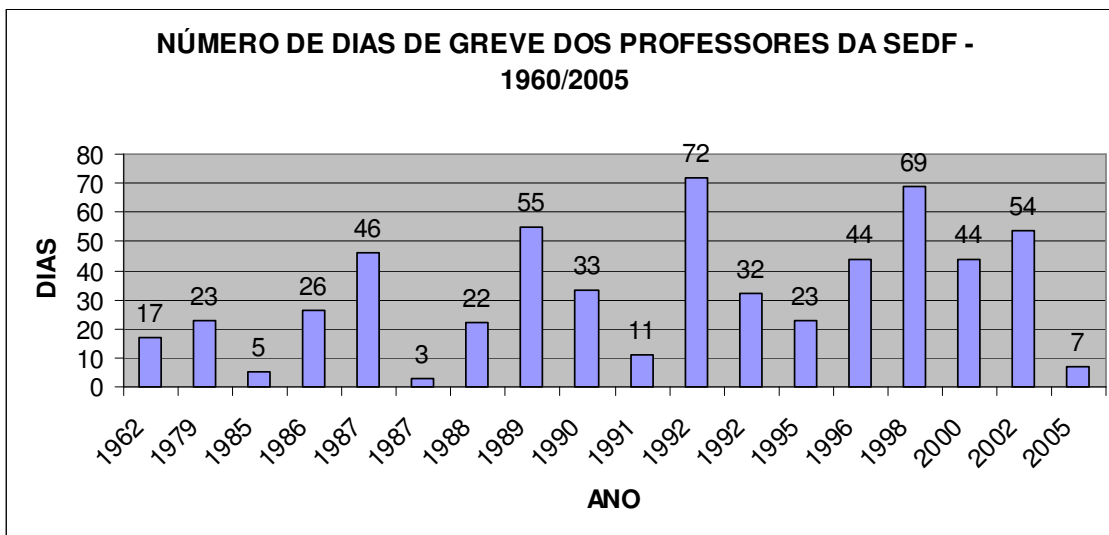
- Greves dos Professores do Distrito Federal – 1962/2008

GREVE	ANO	Nº de DIAS
mai/62	1962	17
abr/79	1979	23
mar/85	1985	5
mar/86	1986	26
abr/87	1987	46
nov/87	1987	3
abr/88	1988	22
abr/89	1989	55
fev/90	1990	33
set/91	1991	11
mai/92	1992	72
nov/92	1992	32
set/95	1995	23
abr/96	1996	44
mai/98	1998	69
set/00	2000	44
mar/02	2002	54
mai/05	2005	7
MÉDIA (por ano)		37

Fonte: Sindicato dos Professores do DF. Boletim 2009

Tabela 02: Dias paralisados/ano no Distrito Federal (1962/2008).

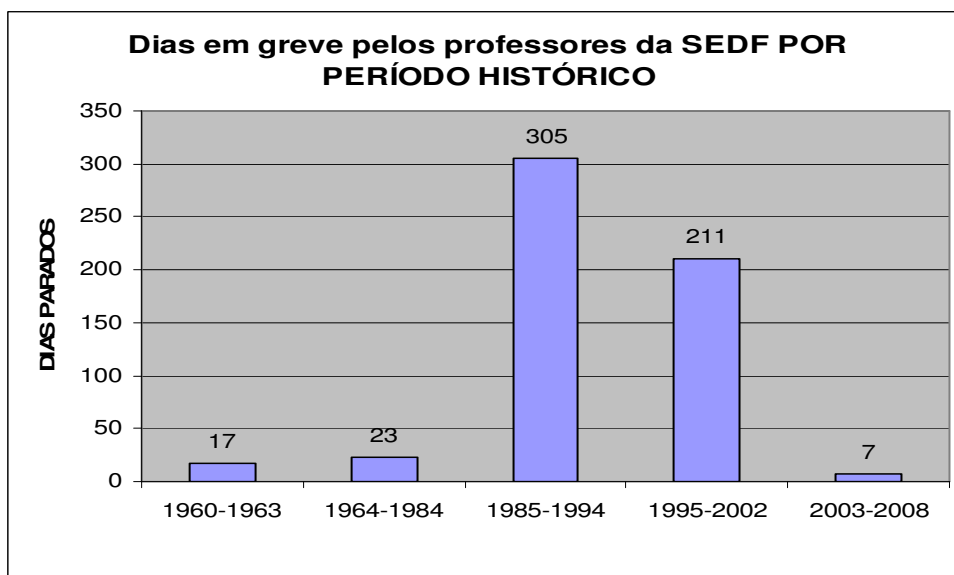
Gráfico de Barras:



Fonte: Sindicato dos Professores do Distrito Federal. Boletim 2009

Embora os quadros sejam passíveis de múltiplas interpretações, numa comparação empírica inicial percebe-se que, além dos aspectos subjetivos de mobilização e organização dos trabalhadores, os movimentos grevistas relacionam-se, no campo objetivo, a três fatores centrais, quais sejam: 1) o grau de abertura democrática de um dado regime político; 2) a perda do poder aquisitivo dos salários; 3) o nível de inserção de uma dada categoria de trabalhadores no processo econômico e social nos quais se encontra.

Tabela 03: Dias de greve dos professores da rede pública de ensino do DF por períodos históricos:



Fonte: Sindicato dos Professores do Distrito Federal. Boletim 2009

No caso da nossa exposição, verifica-se uma relação direta das greves dos professores públicos do Distrito Federal com as variáveis mencionadas. As tabelas demonstram que ao longo do período autoritário/militar as greves deste setor praticamente inexistiram, mesmo com a queda da massa salarial a partir de 1967 (“o país vai bem, mas o povo vai mal,” reconhecia o General Emílio Garrastazu Médici). Durante os anos de 1964 a 84, as paralisações atingiram a cifra de 23 dias, menor do que a média mensal de paralisações dos outros 17 anos que se seguiram no regime democrático (85/2002).

Portanto, qualquer análise dos movimentos grevistas de um espaço local implica o estudo das relações políticas que se desenvolvem entre as diferentes hierarquias de poder da federação. Um breve comentário da tabela abaixo permite compreender, de forma sucinta, algumas das variáveis em debate. No exemplo do Distrito Federal - uma unidade da federação extremamente dependente da União - a intensidade das greves relaciona-se muito mais com a natureza das medidas econômicas e políticas do governo federal do que a postura ideológica dos governos locais. Estes últimos, embora tenham um papel fundamental na administração de políticas urbanas e no gerenciamento da máquina administrativa do DF, nunca tiveram condições realmente autônomas de imprimir políticas salariais de âmbito local:

Tabela 04: Dias paralisados por períodos históricos, governos da união e governos locais:

Nº DE ANOS	Período	Nº de dias parados	Período histórico	Média (dias por ano)
4	1960-1963	17	JK/ Jânio/Jango	4,3
21	1964-1984	23	Regime Militar	1,1
10	1985-1994	305	- Esfera Federal: Abertura/Sarney/Constituição. Federal / Collor/Itamar. - Esfera Local: Gov. José Aparecido (85/88); Gov Roriz (88/94)	30,5
8	1995-2002	211	- Esfera Federal: Gov. FHC (Plano Real) Esfera Local: Gov. Cristovam Buarque (95/98); Gov. Roriz (98/02)	26,4
6	2003-2008	7	-Esfera Federal:Gov. Lula. -Esfera Local: Gov. Roriz (02/06); Arruda (2007)	1,2

Fonte: Sindicato dos Professores do DF. Boletim 2009

Os anos de 1985 a 1994 ampliaram os direitos democráticos e de organização sindical, porém num cenário de inflação galopante e acelerada queda do poder aquisitivo dos salários em geral. O resultado do período não podia ser outro além da “explosão das greves do serviço público”, as quais se tornaram mais acentuadas em função da garantia de estabilidade no emprego reconquistada na Constituição Federal.

Os anos de 1995 a 2002 estancaram a corrosão inflacionária dos salários, sem dúvida, com o advento do Plano Real no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas tal estabilidade econômica sustentava-se a numa política de congelamento salarial de amplos setores do funcionalismo público, iniciado a partir de patamares muito baixos em função do histórico inflacionário dos anos anteriores. Pode-se também atribuir o elevado número de greves dos professores do DF neste período devido ao clima de tensão criado pelo governo FHC no seio do funcionalismo público em geral. O discurso de privatização do governo soava como uma ameaça aos direitos adquiridos ao longo das mobilizações sindicais do passado.

A diminuição das greves no ensino público do DF a partir de 2002 deve-se a um conjunto objetivo de fatores. A posse de Lula teve uma força simbólica de distensão importante neste cenário, o que facilitou a implementação do Fundo Constitucional do DF que assegurou o repasse de verbas para o pagamento dos salários dos setores da Educação, Saúde e Segurança de Brasília. Estes dois acontecimentos diminuíram substancialmente a tensão do professorado público da cidade em relação ao governo federal e, embora não seja a regra, também em relação ao governo local.

Tal fato pode ser observado quando comparamos as paralisações ocorridas nos governos locais que precederam o Fundo Constitucional (1985/2002) daqueles que usufruíram dos seus benefícios (2003/2008).

O governo José Aparecido (1985/88) ficou marcado, no seu início, pela grande proximidade com o movimento sindical docente naqueles anos de abertura política. Seu primeiro Secretário de Educação foi o memorável e histórico educador Pompeu de Souza, figura querida pela benevolência e sinceridade peculiar com que tratava os assuntos políticos. Seu segundo Secretário de Educação foi o Professor Fábio Bruno, comunista histórico e

sindicalista pioneiro no Distrito Federal, preso e caçado durante os anos do arbítrio militar. As ações destes dois homens implicaram grandes conquistas trabalhistas e salariais naqueles tempos de abertura ainda frágil (1º Plano de Carreira; coordenação pedagógica; horário compactado; Escola de Aperfeiçoamento Profissional; eleição para diretores das unidades de ensino). Mas, apesar destas medidas, o surto inflacionário que permeou suas gestões acabou por forçar a deterioração da relação do Governo do Distrito Federal com a categoria dos professores públicos.

Os dois governos iniciais de Joaquim Roriz, no final da década de 80 e primeiro quadriênio dos anos 90 (e mesmo depois, entre 1998 e 2002), também não reverteram o surto grevista do professorado público, o qual se agravou pelo clima de confronto criado por um governante de profunda orientação e comportamento anti-sindical.

Com a posse de Cristovam Buarque (1995), na época filiado ao Partido dos Trabalhadores, esperava-se uma nova relação entre o governo e a categoria dos professores, uma vez que este foi eleito com a bandeira da prioridade máxima à educação pública. Contudo, os dias de greves da educação no seu governo também foram elevados. Embora Cristovam tenha implementado um dos maiores programas de democratização da gestão pública na história do DF, bem como se esforçou em garantir algum aumento salarial aos professores e a contratação de 7200 docentes com recursos próprios e não da União (fato inédito até então), a conjuntura de congelamento salarial estabelecida pelo Plano Real acabou por minar parte das intenções progressistas da sua administração.

Portanto, numa análise aproximativa, é justo pensar que o fator fundamental da redução das paralisações dos últimos seis anos (2003-2008) deve-se ao binômio “estabilidade econômica com recuperação dos salários”, aos quais se somaram a disposição de diálogo do governo Lula com o conjunto do funcionalismo público federal e local. Os aumentos contínuos dos repasses constitucionais permitiram a implementação de um novo Plano de Carreira da categoria no ano de 2007, o que provavelmente contribuiu para a relativa estabilidade das relações sindicais mesmo sob o comando de governos conservadores, como Joaquim Roriz (PMDB: 2002/2006) e José Roberto Arruda (DEM 2007-atualmente)

Tabela 05: Repasses do Governo Federal ao Distrito Federal pelo Fundo de Constitucional; 2003 – 2008.

Tabela FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL (LEI N° 10.633, de 27/12/2002)							
							Em Bilhão
ANO	Lei n° 10.633/02 - Art. 2°	2003	2004	2005	2006	2007	2008
RECEITA DO FCDF		3.356	3.976	4.449	5.258	6.055	6.595
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL RECEITA FCDF	2.900 *	15,74%	18,46%	11,89%	18,18%	15,17%	8,92%

* Valor fixado como parâmetro para fixação do aporte orçamentário anual destinado ao Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF. que será corrigido pela variação da RCL.

Fonte: Secretaria da Fazenda do Distrito Federal. Informativo de 09/04/2009

Contudo, se o Fundo Constitucional tem sido um fator de estabilidade, ele também pode vir a ser um catalisador da retomada das greves neste período de retração e crise econômica internacional. Com o anúncio da redução de parte dos repasses para o ano de 2009, velhos atores em novos cenários podem voltar a ordem do dia. Desde o início deste ano, o Governo Arruda coleciona acusações de quebra de acordos com a categoria dos professores. Estes, além de se sentirem desrespeitados pela omissão do GDF na complementação orçamentária que lhe cabe na área da educação (25% dos impostos arrecadados), temem, com as sombras da crise econômica, retornar a um tempo em a manutenção da renda era fruto dos tão amargos quanto longos dias de paralisação.

3 – Conclusão: As greves não como fim, mas como abertura de novos estudos

Por fim, para encerrarmos o nosso debate e a contribuição neste seminário, reconhecemos que a investigação das greves educacionais é mais complexa do que a “recordação” de dissertações ou a demonstração de tabelas empíricas, embora sem elas os nossos estudos se “desmancham no ar”. O aumento ou a diminuição das greves sem dúvida revelam sintomas, mas não a

totalidade do complexo mundo do trabalho humano. O recuo daquelas não é sinônimo de redução dos conflitos, bem como a sua intensificação não reflete a “elevação” da consciência de classe, basta o Chile no Governo Allende (1970-73). Do mesmo modo que criticamos a conflitualidade na abordagem funcionalista, não podemos repetí-la de forma contrária. Relacionar a todo o momento a diminuição das greves com a redução das atividades sindicais é fazer a “patologia das greves”, isto é, o sindicato que não as realiza com frequência está “doente”, ou fora da “normalidade marxista” da luta de classes.

Por conseguinte, reconhecemos que a conflitualidade no mundo do trabalho tem merecido outros estudos tão ou mais importantes no momento do que as greves educacionais, evitando-se assim “congelar” os estudos sindicais à dimensão do poder de compra dos salários (sempre importantes, certamente, mas nem sempre fundamentais em todas as situações). Como é de amplo conhecimento dos participantes deste seminário, outros fatores e variáveis no mundo trabalho adquirem cada vez mais importância no debate acadêmico e sindical. Condições materiais e psicológicas de trabalho; precariedade nas relações trabalhistas; intensificação da jornada de trabalho em todas as categorias profissionais; reformas e “contra-reformas” na legislação trabalhista; trabalho infantil e escravo; todos esses fenômenos exigem constantes atualizações nas pesquisas e desafios de elaboração dos pares aqui presentes.

Que este pequeno seminário contribua no avanço desses temas e na esperança de libertação que brota em cada um de nós.

Bibliografia

CARON, Marcos: **A Educação de Braços Cruzados**. O Impasse das Greves no Ensino Público . Uma Análise das Propostas das Lideranças Sindicais do Magistério – Dissertação de Mestrado; UnB, 1996. Orientação de Sadi Dal-Rosso (Sol-UnB). Membros da Banca: Regina Vinhaes Gracindo (FE-UnB) e Roberto Aparecido Algarte (FE-UnB)

Boletim Informativo do Sindicato dos Professores do Distrito Federal. Edição Comemorativa de 30 anos do SINPRO- DF – Brasília: abril de 2009.

FREIRE, Paulo: **Pedagogia do Oprimido**, 17ª edição. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERNANDES, Rubens César: **Vocabulário de Idéias Passadas. Ensaio Sobre o Fim do Socialismo** – Rio de Janeiro: Relume Dumará ISER, 1993.

GUEVARA, Ernesto “Che”; **Textos Revolucionários** – São Paulo: Central Editorial Latino-Americana, 1980.

Informativo da Secretaria da Fazenda do Distrito Federal – Brasília:
09/04/2009.

KRUPPA, Sonia Maria Portella: **Sociologia da Educação** – São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

_____ : Entrevista à Revista Nova Escola (novembro de 1992, página 23)

NETTO, José Francisco Siqueira. Revista Universidade e Sociedade: ANDES, Sindicato Nacional. Ano I, FEV. 1991: 67.